

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção: Setor em recuperação

Veículo: Acrítica

Data: 25.11.18

Caderno: +Dinheiro

Página: D6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

businesssociety
Joubert Lima

CONSTRUÇÃO
Setor em recuperação

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-AM), Frank Souza, comemora a retomada gradativa da confiança na economia, a volta dos lançamentos de imóveis na capital e, conseqüentemente, a criação e manutenção de postos de trabalho. A construção civil do Amazonas retomou a geração de empregos formais neste ano. Nos últimos cinco meses (junho-outubro), o setor criou um total de 5.107 vagas, contra 4.418 no mesmo período do ano passado. Esse foi o melhor outubro dos últimos três anos para o setor, no Amazonas. O setor começa a mostrar sinais de estabilidade após a crise.

Divulgação / Paulo Pereira

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Amazonas registrou 2,2 mil acidentes de trabalho, em 2017

Veículo: D24AM

Data: 26.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://d24am.com/economia/emprego-construcao-civil-do-am-tem-saldo-positivo-cinco-meses-seguidos/>

ECONOMIA

Publicado em 26 de novembro de 2018 às 10:17

Amazonas registrou 2,2 mil acidentes de trabalho, em 2017

Com a soma de todos os setores da economia, em 2017, o Amazonas teve uma queda de 100 casos de acidentes, em relação a 2016, quando houve 2,3 mil acidentes segundo sistema do MPT

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – No Amazonas, somando todas as atividades, foram registrados 2,2 mil casos de acidentes de trabalho, em 2017, uma queda de 100 casos em relação a 2016, quando foram registrados 2,3 mil ocorrências. No Brasil, um acidente de trabalho é estimado a cada 48 segundos. Entre 2012 e 2018 (até 21 de novembro), 4,4 milhões de acidentes de trabalho foram registrados. Grande parte dos casos ocorreu na construção civil, o 4º setor econômico no País com mais ocorrências (97 mil).

Em 2017, no Amazonas, os acidentes foram divididos em 1 mil casos de corte, laceração, ferida contusa e punctura (furo ou picada), 579 fraturas, 553 contusões ou esmagamentos e 43 amputações ou enucleações.

Os dados são do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (OSST), ferramenta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que faz o acompanhamento dos acidentes em tempo real, por meio do chamado 'acidentômetro', além de fazer um mapeamento das áreas com maior incidência de casos. Os dados podem ser verificados na internet.



A Construção é o 4º setor em número de acidentes no País. (Foto: Elza Fiúza/ABr)

Mortes

Desde 2012, o MPT confirmou 16.571 mortes por acidentes de trabalho, sendo 2.159 só este ano, até a última quinta-feira (22). No caso da Construção Civil, os 97 mil acidentes foram registrados nas obras de construção de edifícios, tendo como principais agentes causadores o uso de britador, moinho e máquina que somaram 5,2 mil acidentes, com 21 mortes, no período de 2012 até 19 de outubro de 2018.

Indenizações

Segundo estimativas do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, quase R\$ 30 bilhões foram gastos, de 2012 até agora, com benefícios acidentários, que incluem auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-acidente. Foram quase 334 milhões de dias de trabalho perdidos por causa dos acidentes de trabalho.

Apenas no ano passado, um total de 895.770 acidentes foram registrados no Brasil. Cortes, laceração, ferida contusa e punctura responderam por 92 mil casos. Ainda contabilizam nos dados 78.499 fraturas e 67.371 contusões/esmagamentos.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: AM corre risco de perder aval para empréstimos

Veículo: Acrítica

Data: 25.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Tema do Dia

Página: A3

AM corre risco de perder aval para empréstimos

Se nota das finanças do AM cair de B para C, Estado não terá aval do governo federal para buscar financiados para grandes projetos

.LARISSA CAVALCANTE

politica@acritica.com

O Amazonas corre o risco de perder a nota "B" no índice de Capacidade de Pagamento (Capag), perdendo garantias da União para a contratação de novos empréstimos. É esse tipo de financiamento que assegura recursos para projetos de grande porte como projetos habitacionais, saneamento de igarapés e construção de escolas de tempo integral, por exemplo.

De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2018, do Tesouro Nacional, o Amazonas apresenta classificação "B". A classificação do Tesouro avalia a capacidade dos Estados em pagar seus compromissos a partir da análise de três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez.

Atualmente, a despesa ajustada do Estado corresponde a 92,89%. Se houver eventual aumento da poupança corrente para 95%, o Amazonas ficará com nota "C", perdendo a confiança de capacidade de pagamento. Entres as unidades da Federação, apenas o Espírito Santo apresenta nota máxima, nota "A".

Além do Amazonas, o relatório destaca que o Acre, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo também estão próximos de perder a nota "B". Para esses estados, o relatório propõe "esforço maior em aumentar a receita e cortar gastos, pois a nota poderá ser rebaixada para 'C' já no próximo ano".

PREVIDÊNCIA

O economista Wallace Meirelles pontuou que de 2016 para 2017 houve um crescimento do custo do regime de previdência estadual da ordem de 16%, que impacta nas contas públicas. “Não se pode deixar de registrar que a dívida consolidada em relação à receita corrente teve uma pequena redução, porém esta relação concentra-se acima dos 50%, indicando a necessidade de controle dos gastos”, disse.

“A respeito da situação dos dados fiscais do Estado, quando se analisa a variação real da despesa primária de 2016 para 2017, verifica-se que esta, embora tenha sido um pouco mais de 1%, é um valor descontado da inflação e, portanto, necessita de cuidado”, completa o economista.

O membro da Comissão de Transição do Governo Eleito, o

deputado Luiz Castro (Rede) afirmou que a situação fiscal do estado preocupa. “Das nossas conversas com o secretário de Fazenda, ele sempre nos tranquiliza de que o Estado não irá fechar o ano ultrapassando o limite e deve chegar, talvez, próximo do limite. Só vamos ter uma visão real desse quadro no final de dezembro. Estamos muitos preocupados, sim, mas nós não deixamos de acreditar na boa-fé do secretário que nos garantiu que o limite não será ultrapassado”, disse.

SITUAÇÃO TRANQUILA

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) informou que a última parcial da pasta registrou arrecadação global de R\$ 14 bilhões. “O Estado está com uma situação fiscal tranquila e trabalhando com fluxo de caixa, o que é muito importante. Estamos com foco no planeja-

Em números

#

R\$ 14,6 bilhões

de reais foi a receita corrente do Estado em 2017, crescimento de 3,2% comparado a 2016. A arrecadação de impostos, taxas e contribuições foi de R\$ 7,8 bilhões, sendo de ICMS o montante de R\$ 6,8 bilhões, cerca de 14% maior que em 2016.

mento das nossas despesas principais para encerrar o ano equilibrado”, afirmou o secretário de Fazenda, Alfredo Paes. O titular da Sefaz ressaltou ainda que a arrecadação do ICMS ocorre dentro do planejado. O Estado deverá fechar

sua receita de 2018 com incremento de quase 10% em relação ao ano anterior. No acumulado de janeiro a outubro, somente a receita tributária já somou cifras de R\$ 8,42 bilhões. O valor já se aproxima da arrecadação conferida em todo o ano de 2017, R\$ 9,04 bilhões. Estima-se que até dezembro, a Sefaz registre R\$ 9,99 bilhões na arrecadação.

RECOMENDAÇÕES

O Tesouro Nacional lista medidas que podem ser adotadas pelos estados para melhorar a situação fiscal. Entre elas: a suspensão de novas contratações; pagamento de precatórios; privatizações para abater sua dívida; aumento das alíquotas de impostos; redução de incentivos fiscais; evitar aumentos salariais, rever o número de funcionários terceirizados, e medidas para conter o aumento do déficit previdenciário.

Dois estados em calamidade

Os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentam índice de calamidade financeira, com nota "D". O fato ocorre quando as dívidas de um ente federativo ultrapassam 200% suas receitas. O endividamento, medido pela Dívida Consolidada Líquida (DCL), do Rio chegou a 288,46% de sua arrecadação e do estado gaúcho, chegou a 212,42%.

O boletim do Tesouro Nacional mostrou que a situação fiscal dos estados é dramática. A maior parte deles está com os gastos fora de controle.

As notas A ou B, indicam boa situação fiscal e a C repre-

senta que a confiança de pagamento é menor. Em todo o Brasil, 14 estados receberam notas C ou D.

Conforme relatório do Tesouro Nacional, 14 estados superaram em 2017 o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 60% da receita corrente líquida em gastos com pessoal, incluindo ativos a aposentados. Os dados constam no boletim de finanças dos entes subnacionais. O Amazonas está no limite deste gastos apresentando 55,61% da receita corrente líquida em gastos com pessoal, incluindo ativos e aposentados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Lançamentos de imóveis no País crescem 30,1% no 3º trimestre, diz CBIC

Veículo: DCI

Data: 26.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Mercado imobiliário

Página: Online

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/lancamentos-de-imoveis-no-pais-crescem-30-1-no-3-trimestre-diz-cbic-1.760759>

MERCADO IMOBILIÁRIO



Lançamentos de imóveis no País crescem 30,1% no 3º trimestre, diz CBIC

Mercado imobiliário manteve trajetória de recuperação de lançamentos e vendas e tende a seguir com bom desempenho neste fim de ano



Funcionários em construção de prédio residencial em São Paulo

FOTO: REUTERS

ESTADÃO CONTEÚDO •

Publicado em 26/11/18 às 11:30

O mercado imobiliário nacional manteve a trajetória de recuperação dos lançamentos e das vendas de moradias nos últimos meses e tende a continuar com bom desempenho neste fim de ano, de acordo com dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Os lançamentos de novos projetos totalizaram 21,463 mil unidades no terceiro trimestre de 2018, avanço de 30,1% em relação aos mesmos meses de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses até setembro, os lançamentos atingiram 102,552 mil unidades, ante 85,602 mil unidades no acumulado dos 12 meses anteriores.

Por sua vez, as vendas alcançaram 26,187 mil unidades no terceiro trimestre de 2018, crescimento de 23,1% em comparação com igual período de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses até setembro, foram vendidas 118,462 mil unidades, ante 93,500 mil no acumulado dos 12 meses anteriores.

Como resultado de vendas maiores do que lançamentos, o estoque de imóveis residenciais novos recuou 13,8% em um ano, chegando a 118,590 mil unidades. Desse total, 23% são unidades na planta, 47% em obras e 30% prontas. Se mantido o ritmo atual de vendas, o estoque seria suficiente para abastecer o mercado por 14 meses.



De acordo com o presidente da Comissão Imobiliária da CBIC, Celso Petrucci, o mercado deve ter um desempenho positivo também no fim deste ano, baseado na continuidade da recuperação da economia brasileira, melhora gradual do nível de emprego e disponibilidade de financiamento.

"Tudo indica que devemos ter um quarto trimestre forte em lançamentos e vendas", afirmou nesta segunda-feira, 26, durante apresentação do estudo.

O levantamento da CBIC considera os números de 21 cidades e regiões metropolitanas do País.

Otimismo

Os lançamentos e as vendas de imóveis no País devem crescer na ordem de 10% a 15% na comparação de 2019 com 2018, de acordo com projeções da CBIC.

"Esperamos que seja um crescimento paulatino, que irá acompanhar a demanda por imóveis e a recuperação da economia do País", disse Petrucci.

Ele ponderou, entretanto, que o avanço esperado do setor daqui para frente dependerá da garantia de disponibilidade de recursos para financiamento da compra e da construção de imóveis, especialmente dentro do programa Minha Casa Minha Vida, que hoje representa cerca de dois terços dos lançamentos e das vendas.

No último mês, a falta de recursos do FGTS paralisou temporariamente as atividades do programa habitacional, o que só foi normalizado após o remanejamento do orçamento do fundo.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, acrescentou que está otimista com as perspectivas para o ano que vem. "O País está entrando em um período de normalidade econômica. É nesse tipo de cenário que o mercado imobiliário mais cresce, pois depende da confiança dos agentes", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Sistrato imobiliário e recursos para Fundo de Segurança Pública são destaques na semana

Veículo: JovemPan

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Jornal da Manhã

Página: Online

Link: <https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/apos-criticas-na-mudanca-do-distrato-construtoras-defendem-respeito-aos-contratos.html>



Distrato imobiliário e recursos para Fundo de Segurança Pública são destaques na semana

23/11/2018, 16h07 – ATUALIZADO EM 23/11/2018, 16h25



O projeto que trata da rescisão de contratos de compra de imóveis na planta ([PLC 68/2018](#)) foi aprovado com emendas pelo Plenário e volta à análise da Câmara dos Deputados. Também alterada na forma de um projeto de lei de conversão, segue para sanção presidencial a [MP 846/2018](#), que destina recursos das loterias à segurança pública, à educação, ao esporte e à cultura.

Também foi aprovado o [PLS 39/2017](#), que aumenta a fonte de recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. E a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o [PLS 359/2013](#), que dá prazo para que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários acionem o Ministério Público, caso suspeitem de crimes contra o sistema financeiro nacional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Dívida pública cai 0,44% em outubro

Veículo: Agência Brasil

Data: 26.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/divida-publica-cai-044-em-outubro>

Economia

Dívida pública cai 0,44% em outubro

Publicado em 26/11/2018 - 11:35 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília

A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui o endividamento interno e externo do Brasil, teve queda de 0,44% e passou de R\$ 3,779 trilhões em setembro para R\$ 3,763 trilhões em outubro, segundo dados divulgados hoje (26), em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) – que é a parte da dívida pública que pode ser paga em reais – teve o estoque reduzido em 0,17% ao passar de R\$ 3,628 trilhões para R\$ 3,622 trilhões, devido ao resgate líquido (vencimentos dos títulos públicos foram maiores do que as emissões) de R\$ 32,81 bilhões, compensada, em parte, pela apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 26,54 bilhões.

A apropriação de juros representa o reconhecimento gradual das taxas que corrigem os juros da dívida pública. As taxas são incorporadas mês a mês ao estoque da dívida, conforme o indexador de cada papel.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), captada do mercado internacional, também teve redução. A queda chegou a 6,73% sobre o estoque apurado em setembro, encerrando outubro em R\$ 140,95 bilhões (US\$ 37,91 bilhões).

De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), a dívida pública poderá encerrar este ano entre R\$ 3,78 trilhões e R\$ 3,98 trilhões.

Por meio da dívida pública, o governo pega recursos emprestados dos investidores para honrar compromissos. Em troca, compromete-se a devolver o dinheiro com alguma correção, que pode ser definida com antecedência, no caso dos títulos prefixados, ou seguir a variação da taxa Selic, da inflação ou do câmbio. A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta. Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. Já a redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos.

Detentores da dívida

Em outubro, os maiores detentores dos títulos públicos federais (DPMFi) eram os fundos de investimento, com 25,99% da dívida, alcançando R\$ 941,52 bilhões.

O grupo Previdência ficou em segundo lugar, com uma participação relativa de 25,29% (R\$ 915,9 bilhões).

Em seguida, estão as instituições financeiras com 22,66%, com R\$ 820,64 bilhões. Os estrangeiros representam 11,97% (R\$ 433,41 bilhões). Já o governo possui 4,17% da dívida pública (R\$ 150,89); as seguradoras, 4,01% (R\$ 145,22 bilhões); e outros, 5,92% (R\$ 214,52 bilhões).

Edição: Maria Claudia

Tags: DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL, ENDIVIDAMENTO INTERNO E EXTERNO, TESOURO NACIONAL, QUEDA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Amazonas gerou mais de mil empregos formais em outubro, aponta Caged

Veículo: Acrítica

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cotidiano

Página: Online

Link: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/amazonas-gera-mais-de-mil-empregos-formais-em-outubro-aponta-caged>

COTIDIANO

OPORTUNIDADES

Amazonas gerou mais de mil empregos formais em outubro, aponta Caged

Serviços e comércio impulsionaram saldo positivo. O Estado registrou, no mês passado, 11,3 mil contratações, contra 10,1 mil demissões

23/11/2018 às 07:00



Larissa Cavalcante

Manaus (AM)

O Amazonas registrou um saldo positivo na geração de empregos em outubro, com a criação de 1.184 novos postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. O Estado registrou, no mês passado, 11,3 mil contratações, contra 10,1 mil demissões.

O País criou 57 mil vagas de emprego com o total de 790.579 postos gerados no mercado de trabalho formal.

É o caso de Kaleide Ramos, 33, contratado recentemente para uma empresa de Call Center após dois anos desempregado. "Antes de conseguir foi bem difícil, enviei currículo diariamente em sites e distribuía pessoalmente. Demorou, mas veio na hora certa", disse.

O acréscimo foi impulsionado pelos setores de serviços e o comércio que mostraram resultados positivos no Amazonas, com 649 e 495 novos empregos, respectivamente.

O empresário William Vasconcelos, está contratando profissionais para atuar no salão de beleza, localizado no bairro Vieiralves, e enfrenta a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada. "Há três meses, estou contratando cabeleireiro, manicure e estética. O final de ano é o nosso Natal, quando trabalhamos para ganhar gordura e pagar as despesas de janeiro e fevereiro, meses de declínio. Com o faturamento positivo, a expectativa é de efetivar os temporários", contou.

A agropecuária apresentou 195 contratações e em seguida o segmento da construção civil manteve o crescimento com a geração de 145 empregos.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-AM), Frank Souza, nos últimos cinco meses o setor apresentou indicadores positivos de contratações no mercado amazonense. "Isso é um grande sinal de que a economia tem gradualmente avançado. Segurança jurídica, financiamento ao setor e melhoria dos negócios, de modo geral, tem mostrado na prática um avanço no mercado", afirmou.

No ano, o saldo é de 7,2 mil empregos, diferença de 116 mil contratações em relação a 108 mil desligamentos. Em 12 meses, o Amazonas registrou o superávit de 6,3 mil empregos, crescimento de apenas 1,61%, após 136 mil admissões e 130 demissões.

Estabilidade no emprego

A publicitária Rebekah Mello, 24 anos, faz parte do grupo de 1.184 trabalhadores que conseguiram uma vaga no mercado formal em outubro. Ela estava como prestadora de serviço, sem carreira de trabalho, em outra empresa desde maio e sem a expectativa de contratação.

“Surgiu essa vaga e a oportunidade de trabalhar como analista de mídias sociais em uma empresa de comunicação. Fiquei no emprego pela estabilidade, a certeza de que vou ter todos os meus tributos recolhidos e também pensando na aposentadoria”, disse.

As dificuldades encontradas pela publicitária foram a exigência de bastante experiência para o cargo e a remuneração condizente com a função a ser desempenhada e a formação profissional. “Busquei um emprego que fosse na minha área e que desse a perspectiva de melhora no futuro e uma carreira profissional mesmo. Não apenas de continuar naquilo ou pular de emprego em emprego”, relatou.

Índice de Confiança

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICE) alcançou 63,2 pontos em novembro, o maior valor para o índice em oito anos, em 2010 registrou 63,3 pontos. O aumento da confiança decorre da melhora das expectativas e pela avaliação mais positiva das condições de negócio

Desaceleração

Entre os setores que assinalaram mais desligamentos que admissões, a administração pública perdeu 271 postos e em menor proporção o setor de serviços de indústria de utilidade pública e a indústria de transformação que registraram 34 e duas demissões, respectivamente.

Em outubro do ano passado, o saldo da indústria de transformação foi positivo com a geração de mais de 800 empregos, segundo Ministério do Trabalho. Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, os dados do Caged, de outubro deste ano, revelam a sazonalidade da indústria em função dos contratos temporários “Ainda não temos um aquecimento das contratações dentro do previsto. As contratações na indústria não estão no mesmo ritmo dos outros anos. Com a mudança de governo esperamos um novo horizonte”, pondera.

‘Empate técnico’ na indústria

“No Amazonas, as contratações temporárias estão concentradas no setor de serviços. As novas modalidades criadas e legalizadas pela reforma trabalhista permitiram isso. No regime de tempo parcial, trabalho intermitente, o Estado registrou o acréscimo de mais de dois mil novos postos de trabalho. O mês de novembro vai se manter estabilizado conforme outubro. Acreditamos que em dezembro teremos uma quantidade maior de contratações, especialmente, motivado pelo comércio. Avalio o desempenho da indústria como empate técnico. Normalmente nesses períodos de grandes eventos, como a Copa do Mundo, a indústria cresce muito em função da produção de eletroeletrônicos. Passado essa euforia, agora a indústria está começando a se estabilizar com uma tendência de crescimento. A partir de janeiro a perspectiva do setor é de entrar em um ritmo de crescimento a partir dessas facilidades que serão criadas como a redução da burocracia e entraves diminuídos para implantação de novas empresas”, disse o superintendente regional do Trabalho, Gilvan Motta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Emprego: construção civil do AM tem saldo positivo cinco meses seguidos

Veículo: D24AM

Data: 22.11.18

Caderno: Economia

Página: Online

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/emprego-construcao-civil-do-am-tem-saldo-positivo-cinco-meses-seguidos/>

ECONOMIA

Publicado em 22 de novembro de 2018 às 16:48

Emprego: construção civil do AM tem saldo positivo cinco meses seguidos

Em outubro, foram criadas 1.126 vagas e houve 981 demissões, o que gerou um saldo positivo de 145 postos de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral Empregados e Desempregados (Caged)

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br



Manaus – A construção civil do Amazonas retomou a geração de empregos formais neste ano. Nos últimos cinco meses (junho-outubro), o setor criou um total de 5.107 vagas, contra 4.418 no mesmo período do ano passado. Em outubro, foram criadas 1.126 vagas e houve 981 demissões, o que gerou um saldo positivo de 145 postos de trabalho, conforme divulgado pelo Cadastro Geral Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTE), nesta quarta-feira (21).



Desde a crise econômica que atingiu o País, o setor começou a mostrar sinais de estabilidade no Amazonas somente no ano passado. (Foto: Sandro Pereira)

Esse foi o melhor outubro dos últimos três anos para o setor, no Amazonas. Em 2016, a construção criou 1.482 vagas, em outubro, mas perdeu outras -1.471, gerando um saldo positivo de 11 postos. No ano seguinte, foram geradas 744 vagas, e houve -741 desligamentos – um saldo de positivo de apenas três novos postos, no mês.

Desde a crise econômica que atingiu o País, o setor começou a mostrar sinais de estabilidade no Amazonas somente no ano passado. Embora 2018 tenha começado com saldo negativo, o cenário vem mudando, conforme indica o Caged. Em janeiro, quando 571 pessoas foram contratadas e outras 1.262 foram desligadas, o setor registrou saldo negativo de -691.

A diferença entre a quantidade de admissões e demissões começou a ficar positiva a partir de junho, quando o saldo foi de 184 vagas, com a criação de 809 postos e desligamento de 625 pessoas; em julho, o saldo saltou para 285 vagas, sendo que houve 1.031 admissões e 746 demissões; em agosto, foram contratados 1.068 trabalhadores contra 967 desligamentos, gerando saldo de 101 postos; em setembro o saldo ficou positivo em 331 vagas, com 1.073 admissões e 742 dispensas.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-AM), Frank Souza, além da retomada gradativa da confiança na economia, a volta dos lançamentos de imóveis na capital tem contribuído para a criação e manutenção de postos de trabalho. Até o terceiro trimestre do ano, foram lançados cinco empreendimentos, em Manaus. Tanto em 2016 quanto em 2017, houve apenas três lançamentos.

“Existia uma segurança jurídica muito grande em relação à quebra de contratos e 10% dos negócios que poderiam ter sido fechados ou lançados deixaram de ser, por conta da insegurança”, disse, em alusão à lei 68/2018. A chamada ‘lei dos distratos’, que teve o texto-base aprovado pelo Senado na última terça-feira (20), estabelece direitos e deveres para compra e venda de imóveis.

Segundo o presidente do sindicato, os bancos – que possibilitam financiamento aos empresários e compradores – continuam exercendo papel fundamental na retomada de lançamentos, com impacto na geração de emprego e nas vendas.

“A gente espera que no novo governo sejam mantidas as regras em relação aos financiamentos. Eu falo especificamente do Faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida, que é um programa federal, que tem bastante subsídios e traduz isso numa prestação barata ao cliente. Já tem tido lançamento este ano em Manaus, no Faixa 1,5, com uma resposta muito boa. A gente aposta que esse vai ser um dos principais vetores dos empreendimentos econômicos, de até 50 metros quadrados”, destacou. “Esperamos que o recurso, pelos bancos, principalmente pela Caixa Econômica, que tem sido a responsável por 70% até 90% do fornecimento de crédito no mercado da construção, se mantenha no novo governo”, completou.

Obras

Souza disse acreditar que as relações que o setor tem procurado estabelecer com o setor público, tanto nas esferas municipal e estadual quanto nacional, devem fortalecer a construção nos próximos anos. “O Sinduscon-AM vai fazer um trabalho de aproximação com as secretarias ligadas a obras públicas, para que haja maior qualidade e confiabilidade nas obras que estão no mercado. Nós temos algumas obras que foram iniciadas e paralisadas, e temos que criar um entendimento do poder público da retomada dessas obras”, disse o presidente da entidade.

Atenciosamente,



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Estimativa para a inflação deste ano cai de 4,13% para 3,64%

Veículo: Agência Brasil

Data: 26.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/estimativa-para-inflacao-deste-ano-cai-de-413-para-394>

Economia

Estimativa para a inflação deste ano cai de 4,13% para 3,94%

Publicado em 26/11/2018 - 08:54 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil  Brasília

A estimativa de instituições financeiras para a inflação este ano caiu pela quinta vez seguida.

De acordo com pesquisa do Banco Central (BC), divulgada hoje (26), em Brasília, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) deve ficar em 3,94%. Na semana passada, a projeção estava em 4,13%.



Redução da inflação estimula o consumo (Arquivo/Agência Brasil)

Para 2019, a projeção da inflação passou de 4,20% para 4,12%. Não houve alteração na estimativa para 2020: 4%. Para 2021, passou de 3,90% para 3,86%.

A meta de inflação, que deve ser perseguida pelo BC, é 4,5% este ano. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%.

Para 2019, a meta é 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. Já para 2020, a meta é 4%, e, para 2021, 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

Taxa básica de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano.

Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018.

Em 2019, a expectativa é de aumento da taxa básica, terminando o período em 7,75% ao ano. A previsão anterior era 8% ao ano. Para o término de 2020 e 2021, a expectativa segue em 8% ao ano.

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação.

A manutenção da taxa básica de juros, como prevê o mercado financeiro este ano, indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

Crescimento econômico

As instituições financeiras ajustaram a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, de 1,36% para 1,39% em 2018.

Para os próximos três anos, a estimativa segue em 2,50% nos próximos três anos.

Dólar a R\$ 3,70

A expectativa para a cotação do dólar segue em R\$ 3,70 no fim deste ano, e passou R\$ 3,76 para R\$ 3,78, no término de 2019.

Edição: Kleber Sampaio

Tags: INFLAÇÃO, JUROS, DÓLAR, BOLETIM FOCUS, BANCO CENTRAL



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais de R\$ 205 milhões para aquecer economia

Veículo: Acrítica

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Tema do dia

Página: A3

Mais de R\$ 250 milhões para aquecer economia

Liberação do décimo terceiro salário para mais de 140 mil servidores públicos estadual e municipal podem alavancar o comércio

NÁIS CAMPOS

politica@acritica.com

Com a aproximação do pagamento da segunda parcela do 13º salário dos servidores públicos estaduais e municipais, a economia do Estado terá uma injeção de pelo menos R\$ 253 milhões antes do final do ano. A Prefeitura de Manaus sai na frente e inicia no dia 26 a quitação do benefício com o pagamento antecipado aos aposentados. Serão pagos a quase sete mil inativos um total de R\$ 8,6 milhões.

Já os servidores do quadro ativo municipal vão receber a segunda parcela do décimo no dia 7 de dezembro. A projeção é de que 33 mil sejam beneficiados com recursos que chegam a R\$ 45 milhões. Se forem considerados os pagamentos de salários e antecipações do décimo terceiro, a prefeitura vai desembolsar R\$ 304,8 milhões.

A previsão de pagamentos da última parcela do 13º salário aos servidores do Estado é de até o dia 20 de dezembro. O governo deverá injetar em torno de R\$ 200 milhões na economia local. A primeira parcela, paga entre os dias 24 e 25 de julho, garantiu a 110 mil funcionários, entre ativos, aposentados e pensionistas, cerca de R\$ 170 milhões.

PAGAR DÍVIDAS

Apesar de esse montante milionário começar a circular no mercado amazonense a partir da semana que vem pelas mãos de 150 mil servidores públicos, a economista Denise Kassama avalia que a crise está remodelando os hábitos da maioria dos funcionários na relação consumo e economia: a ideia é se livrar das contas. “É preferível terminar o ano com a menor quantidade de dívidas possível”, recomenda.

Kassama garante que até o comércio tem buscado alternativas para que os consumidores quitem suas pendências por meio da redução de taxas, como juros e multas, para que a clientela encerre o ano no azul. “A maioria das pessoas não está

com dinheiro sobrando mas, sim faltando. O Ano de 2018 foi ‘menos ruim’ do que 2017 com poucos recuperando seus postos de trabalho e muitos ainda desempregados”, opina.

Por essa lógica, a pedagoga Karla Regina Mendes confessa que já tem destino certo para a segunda parcela do décimo. “Vou pagar as minhas contas”, conta a servidora municipal que não costuma gastar com presentes de Natal. “Costumo fazer a ceia natalina sim, mas com o meu salário mensal, o décimo é para quitar débitos mesmo”.

As professoras da rede estadual, Jamile Rodrigues Leite e Fabíola Menezes usaram os seus pagamentos do Fundeb para adiantar a compra dos pre-

Em números

#

504

Milhões de reais é a previsão que Estado e Prefeitura de Manaus devem injetar até o final do ano na economia local com o pagamento de salários e quitação da última parcela do décimo terceiro.

sentes de Natal, e agora com a parcela do 13º vão usar para por em dias as faturas dos cartões de crédito. “Liquidar os atrasados e recuperar o crédito é a meta”, adianta as profissionais.

Frase

“

“Estamos todos apreensivos e acho que isso é uma indicação de mudança na cultura consumidora. Estamos ficando ainda mais prudentes”

Denise Kassama
Economista

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Lançamentos de imóveis residenciais sobre 30% no 3º trimestre, diz CBIC

Veículo: G1

Data: 26.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/26/lancamento-de-imoveis-residenciais-sobe-30-no-3o-trimestre-diz-cbic.ghtml>

Lançamento de imóveis residenciais sobe 30% no 3º trimestre, diz CBIC

Na comparação anual, houve expansão nos lançamentos em todas as regiões, exceto no Nordeste.



Por Valor Online

26/11/2018 13h16 - Atualizado há 2 horas



Os lançamentos de imóveis residenciais cresceram 30,1% no terceiro trimestre ante igual intervalo de 2017, para 21.463 unidades, e as vendas aumentaram 23,1%, para 26.187 unidades, conforme levantamento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Na comparação anual, houve expansão nos lançamentos em todas as regiões, exceto no Nordeste.

Em relação ao segundo trimestre, a pesquisa apontou queda de 17,4% dos lançamentos e retração de 12,3% nas vendas. O volume lançado caiu no Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

Nos 12 meses encerrados em setembro, os lançamentos somaram 102,552 mil unidades.

No fim do terceiro trimestre, havia oferta de 118,590 mil unidades, volume 13,8% menor na comparação anual. Do total, 47% se referem a imóveis em construção, 30% a unidades prontas e 23% a imóveis na planta. A oferta final em setembro corresponde a 14 meses de vendas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: As normativas de desempenho térmico e o conforto do cliente

Veículo: CBIC Mais

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_166.pdf

AS NORMATIVAS DE DESEMPENHO TÉRMICO E O CONFORTO DO CLIENTE

MARIANA RIBEIRO, consultora da CBIC

Divulgação



Precisamos falar sobre desempenho térmico. Um tema que em primeiro momento assusta, mas não deve ser encarado pelo incorporador como um problema e sim como uma solução. O grande distanciamento do tema pelo setor da construção resultou em normativas que devem ser respeitadas e que pouco contribuem em benefícios de fato tanto ao incorporador quanto para o cliente, que é o usuário final dos edifícios.

Um projeto adequado ao clima significa um prédio com conforto para o morador considerando cada uma das particularidades que são típicas do nosso país com dimensão continental. O necessário para uma parede, janela ou cobertura na região Nordeste do Brasil certamente não será o que atende as demandas da região Sul, e assim por diante. Os problemas vistos pelos construtores são muitas vezes relacionados a essa questão. O primeiro passo que demos foi a norma brasileira NBR 15.220, que trata sobre o tema, a qual dividiu o Brasil em oito regiões e para cada uma delas determina diretrizes construtivas que devem ser obedecidas de forma a atender as demandas do clima local. É essa norma que sustenta a conhecida Norma de Desempenho (NBR 15.575), pois é ela quem determina qual cidade pertence

a qual zona bioclimática e também dá referências de propriedades térmicas dos materiais. E apesar de ter no nome diretrizes construtivas para Habitações Unifamiliares de Interesse Social, ela acaba sendo extrapolada para todas as habitações por ser a única do tema.

O problema é que se aplicarmos as diretrizes instruídas na norma o resultado não é muitas vezes o esperado, ou seja, ela não resulta em conforto térmico no ambiente interno do edifício, o que segundo a NBR 15.220 estaria no intervalo de temperatura entre 17°C até 26°C dependendo da umidade relativa do ar. E isso deve ser revisto. As normativas são as nossas guias, na ausência de lei são elas que devem ser respeitadas pelos construtores. O setor não pode ter como referência uma exigência que não resulte de fato no que é esperado. As normas devem atender à nossa realidade e as nossas demandas. E embora tenhamos dado um passo inicial com essas duas normas, precisamos aprimorá-las.

Devemos lembrar que desempenho térmico não é apenas temperatura, ele é umidade, é ventilação. E um dos grandes problemas dos incorporadores no pós-venda são relacionados justamente a isso. Problemas com excesso de umidade e mofo dentro tanto de casas como apartamentos estão entre os recordistas de reclamação, o que onera as construtoras e que de fato prejudicam a vida de quem está habitando o edifício. Esse é apenas um exemplo de uma questão que poderia ser mitigada com uma normativa adequada. Caso a norma de desempenho térmico citasse a umidade esperada, quantidade de renovações de ar necessárias, ambos estariam resguardados, comprador e construtor.

Atualmente, com a utilização de softwares é possível simular as condições de temperatura, umidade e ventilação obtidas no interior dos edifícios ainda na fase de projetos, utilizando as condições climáticas locais.

Com o correto projeto e uso da moradia é possível colher melhorias que devem ser constantemente aprimoradas e com resultado verdadeiramente de qualidade.

Precisamos evoluir, mas com guias que nos levem a melhor qualidade do nosso produto e que respondam à nossa necessidade. Precisamos evoluir entregando casas mais confortáveis aos nossos clientes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Nova legislação trabalhista ajuda na geração de vagas

Veículo: CBIC Mais

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_166.pdf

NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA AJUDA NA GERAÇÃO DE VAGAS

DESDE QUE A LEI 13.467 ENTROU EM VIGOR, EM NOVEMBRO DE 2017,
FORAM GERADOS MAIS DE 43 MIL POSTOS DE EMPREGO NA CONSTRUÇÃO



Desde outubro de 2014 o mercado de trabalho formal da construção perdeu seu dinamismo e por 33 meses consecutivos registrou saldos negativos na série sem ajustes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do Ministério do Trabalho, totalizando uma perda de mais de 1 milhão de postos de trabalho.

O estoque de trabalhadores formais da construção passou de 3,08 milhões ou 7,42% do estoque total para 2,08 milhões, em outubro de 2018, ou seja, 5,40% do estoque de trabalhadores formais do CAGED. O que demonstra que enquanto outros setores econômicos conseguiram sair da recessão, a construção continuou a registrar saldos negativos perdendo espaço relativo na geração de empregos.

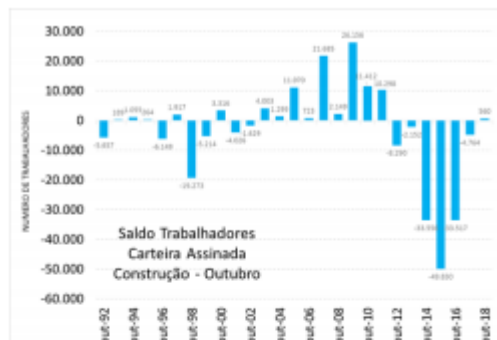
Por ser um período longo e intenso de crise, os problemas

tornaram-se não apenas conjunturais, mas estruturais, com a extinção de empresas e o desmonte de equipes treinadas, inclusive em novos processos que buscavam elevar a produtividade setorial.

O grande desafio é criar as condições existentes à época o mais breve possível, pois certamente a perda de dinamismo da construção afeta não apenas os mercados de trabalho, diante do fato de ser um setor intensivo em mão de obra e possui uma cadeia produtiva longa, mas por estar na base do investimento e afetar, para o bem (quando cresce) ou para o mal (quando encolhe), o nível de atividade de toda a economia nacional.

Em outubro de 2018, após sete anos consecutivos de meses de outubro com saldos negativos na geração de vagas, a construção gera de forma modesta 560

vagas de emprego formal, não representa ainda uma 'recuperação', mas demonstra que o pior momento da crise do setor está ficando para trás.



No ano de 2018 até o mês de outubro, a construção gerou 82 mil vagas, frente a perda de 30 mil no mesmo período do ano anterior.

Se o ano se encerrasse em outubro de 2018, observando o saldo acumulado nos 12 meses anteriores o saldo seria de 4.465 vagas geradas, o primeiro resultado positivo nesta base de comparação durante todo o ano. Mas, considerando o efeito da sazonalidade dos meses de novembro e dezembro que usualmente geram saldos negativos, o ano de 2018 deverá registrar, ainda um resultado negativo.

Cabe destacar que a recuperação está sendo puxada pelos serviços especializados (que atendem aos demais segmentos) e pelo segmento imobiliário, sendo particularmente pela manutenção do Programa Habitacional MCMV que mesmo em níveis inferiores aos observados no seu início, garantiu atividade no segmento evitando que algumas empresas não fossem 'desmontadas' ou extintas (mas o segmento também foi fortemente afetado pela crise). As unidades habitacionais do Programa representavam pouco mais de 30% nos anos de 2014 e em 2018, as Pesquisas de Mercado Imobiliário da CBIC demonstram que seu peso se inverteu, passando para

SETOR	ANO	CNAE 2.0 DIVISÃO	OUTUBRO	NO ANO	12 MESES
CONSTRUÇÃO	2018	Construção de Edifícios	1.388	29.148	-4.609
		Obras de Infra-Estrutura	-1.699	22.843	-2.957
		Serviços Especializados	871	30.227	12.069
		TOTAL	560	82.218	4.503

5,4% (2,08 milhões) do total de trabalhadores do CAGED (38,6 milhões).

Por outro lado, os trabalhadores em tempo parcial da construção (370) representam 2,6% do total de trabalhadores nesta modalidade (14.499).

Estes números permitem concluir que a formalização do trabalho intermitente foi importante para o setor da construção, que tem seu processo de produção (modelo

mais de 70% das unidades produzidas e vendidas.

É interessante observar que diferentemente dos trabalhos intermitente e em tempo parcial, que foram contabilizados a parte das movimentações tradicionais, as demissões por acordo entre o empregado e o empregador já estão contabilizadas na base dos resultados divulgados pelo CAGED, ou seja, os saldo positivos tanto do setor da construção, quanto do país já estão impactados por esta nova modalidade de demissão.

Figura como preocupação o desafio do combate à informalidade no setor da construção, pois representa uma forma de concorrência desleal que pode eliminar do mercado empresas formais e corretas para que sobrevivam as que agem de forma incorreta.

Neste sentido, ao completar um ano, a legislação trabalhista está mais moderna e flexível, pois desde que a Lei 13.467 entrou em vigor, em novembro de 2017, foram gerados mais de 43 mil vagas nas novas modalidades de trabalho, que certamente ou não teriam ocorrido ou seriam informais.

E para o setor da construção a modernização contribui para formalização da mão de obra e melhoria do ambiente de negócios, seja pela redução da concorrência desleal ou pelo aumento da segurança jurídica no mercado de trabalho.

Considerando que o CAGED passou a contabilizar

SETOR	ANO	TIPO DE MOVIMENTAÇÃO	OUTUBRO		NO ANO		EM 12 MESES	
			SALDO	VARIAC. EMPR. %	SALDO	VARIAC. EMPR. %	SALDO	VARIAC. EMPR. %
CONSTRUÇÃO	2018	CONVENCIONAL	560*	0,03	82.093*	4,08	4.465*	0,21
		INTERMITENTE **	364	-	4.762	-	4.762	-
		TEMPO PARCIAL **	44	-	370	-	370	-
BRASIL	2017	CONVENCIONAL	-4.764	-0,22	-30.545	-1,39	-148.178	-0,26
		CONVENCIONAL	37.731*	0,15	790.379*	3,09	446.403*	1,16
		INTERMITENTE **	4.844	-	28.610	-	28.610	-
BRASIL	2017	TEMPO PARCIAL **	2.218	-	14.499	-	14.499	-
		CONVENCIONAL	75.099	0,30	301.189	0,75	294.305	0,75

* Inclui as demissões por acordo (saldo outubro = construção = 527 / Brasil = 15.911 / saldo anual a partir de abril 2018 = construção = 780 / Brasil = 231.812)
** Contratos a partir de abril 2018

as novas formas de contratação somente a partir de abril deste ano (por esta razão as bases anual e de 12 meses acumulam os mesmos valores) e observado que os estoques, neste momento, correspondem as vagas geradas, se verifica então que os trabalhadores intermitentes da construção (4.762) representam 16,6% do total de vagas criadas (28.610), enquanto na base de contratações convencionais a construção representa

de negócio) caracterizado por fases e equipes distintas. O mesmo não pode ser dito do trabalho em tempo parcial, que proporcionalmente não registrou importância superior a contratação convencional e intermitente.

Por fim, retomar um novo ciclo de contratações primado pela conduta correta e com segurança jurídica, se mostra fundamental para elevar, não apenas a renda nacional, mas a arrecadação tributária e toda a economia nacional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Painel debate benefícios da sustentabilidade para os negócios das construtoras

Veículo: CBIC Mais

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_166.pdf

PAINEL DEBATE BENEFÍCIOS DA SUSTENTABILIDADE PARA OS NEGÓCIOS DAS CONSTRUTORAS

REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CBIC, CONTARÁ COM PALESTRAS E APRESENTAÇÃO DE CASES



As vantagens da sustentabilidade para os negócios no setor da construção civil serão tema de uma série de apresentações promovidas pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o SENAI Nacional, na próxima terça-feira (27). Eficiência energética será um dos temas principais a serem debatidos.

A programação faz parte das palestras da reunião ordinária da CMA. O evento será na sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), das 14 às 17 horas. Associados devem preencher um formulário online para confirmar presença.

Em um dos painéis, o sócio-diretor da Petinelli, Guido Petinelli, apresentará cases de empreendimentos Net Zero Energia e Net Zero Água. Serão discutidas estratégias para vencer barreiras econômicas, além de estudos de viabilidade e resultados econômicos essenciais para convencimento dos clientes adotarem as estratégias de eficiência nas edificações.

"Nunca foi tão acessível construir um prédio com eficiência energética e vamos compartilhar um pouco da nossa experiência, mostrando como com poucos investimentos já é possível chegar lá", adianta Petinelli.

A seguir, o presidente da New Inc. Construtora e Incorporadora, Claudio Carvalho, abordará o premiado projeto Terra Mundi, que implementa sistemas de eficiência energética, redução de consumo de água e resíduos, como também soluções integradas para humanizar as edificações.

O empresário enfatiza a importância do assunto. "Não tem mais jeito de pensar em construção, sem tratar de forma consciente do uso de água e energia e da destinação do lixo. O planeta precisa que a forma em que os recursos humanos e naturais são usados seja modificada", defende Carvalho.

A programação conta, ainda, com uma apresentação sobre o Selo Azul da Caixa Econômica Federal, a cargo do superintendente do órgão, Henrique Marra e um debate sobre segurança jurídica do Licenciamento Ambiental pelo novo sistema do IBAMA: Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor).

No fim do evento, também será exposto o balanço da missão brasileira no congresso internacional Smart City, que ocorreu em Barcelona na semana passada, trazendo experiências e tendências.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Preços de locação de imóveis residenciais permanecem estáveis em outubro

Veículo: Investimentos e Notícias

Data: 22.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Mercado imobiliário

Página: Online

Link: <http://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/mercado-imobiliario/precos-de-locacao-de-imoveis-residenciais-permanecem-estaveis-em-outubro>

Preços de locação de imóveis residenciais permanecem estáveis em outubro

Novembro 22, 2018



Foto: Divulgação | Preços de locação de imóveis residenciais permanecem estáveis em outubro

De acordo com o Índice FipeZap de Locação Residencial - que acompanha o preço de aluguel de imóveis em 15 cidades brasileiras - o valor médio de locação de imóveis residenciais encerrou outubro com estabilidade frente a setembro (-0,04%). Comparativamente, a inflação medida pelo IPCA (IBGE) foi de 0,45% no período.

Último mês: 8 das 15 cidades monitoradas pelo Índice FipeZap apresentaram alta igual ou superior a 0,10% no preço médio do aluguel residencial no mês de outubro, com destaque para as variações observadas em São Bernardo do Campo (+2,98%), Belo Horizonte (+0,99%) e Florianópolis (+0,61%). Já entre as cidades que registraram queda nos preços de locação residencial no último o período, vale citar: Santos (-0,60%), Rio de Janeiro (-0,43%) e Recife (-0,33%).

Balanco parcial de 2018: o Índice FipeZap de Locação Residencial acumula alta nominal de 2,02% até outubro, variação inferior à inflação de 3,84% (IPCA/IBGE). Entre as 15 cidades monitoradas, apenas 3 registraram recuo no preço nominal: Fortaleza (-2,95%), Rio de Janeiro (-2,81%) e Niterói (-1,89%). Por outro lado, entre as cidades que acumularam alta nominal de preço, as maiores variações foram observadas em: São Bernardo do Campo (+7,38%), Recife (+7,22%) e Curitiba (+5,54%).

Análise dos últimos 12 meses: o Índice FipeZap de Locação Residencial acumula alta nominal de 1,97% no período, variação inferior à inflação medida pelo IPCA (IBGE), de 4,59%. O comportamento do Índice nesse horizonte mais amplo é influenciado pelo avanço do valor médio do aluguel residencial na maior parte das cidades monitoradas, com destaque para as variações em: Recife (+8,51%), Curitiba (+7,09%) e São Bernardo do Campo (+6,77%). Já entre as cidades que apresentaram queda nominal de preço nos últimos 12 meses, é possível citar: Fortaleza (-3,92%) : Niterói (-3,90%), e Rio de Janeiro (-3,66%).

Preço médio do aluguel residencial: em outubro de 2018, o valor médio do aluguel de imóveis nas cidades monitoradas foi de R\$ 28,50/m². Entre elas, São Paulo foi a cidade com o maior valor médio de locação por m² (R\$ 36,87/m²), seguida por Rio de Janeiro (R\$ 30,31/m²) e Distrito Federal (R\$ 29,44/m²) no mês. Já entre as cidades com menor valor de aluguel entre as monitoradas pelo Índice FipeZap, elencam-se: Fortaleza (R\$ 15,67/m²), Goiânia (R\$ 15,85/m²) e Curitiba (R\$ 18,04/m²).

Rentabilidade do aluguel: comparando-se o preço médio de locação com o preço médio de venda dos imóveis, é possível obter uma medida da rentabilidade para o investidor que opta por alugar seu imóvel. O indicador é relevante, em particular, para se avaliar a atratividade do mercado imobiliário em relação a outras opções de investimento disponíveis. Com ligeiro aumento frente ao patamar de 2017, o retorno médio anualizado do aluguel manteve-se em 4,4% em outubro.

(Redação - Investimentos e Notícias)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Recursos e Governança para a infraestrutura

Veículo: CBIC Mais

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_166.pdf

RECURSOS E GOVERNANÇA PARA A INFRAESTRUTURA

RAUL VELLOSO, economista e consultor da CBIC

Divulgação



A importância de se fazer uma reforma adequada da previdência é um dos poucos consensos entre os que buscam soluções eficientes para equacionar os problemas econômicos do País. Para reforçar esse objetivo, basta lembrar que, em 2017, somente nos regimes próprios, União e estados tiveram déficits de cerca de R\$ 85 bilhões cada, recursos esses que poderiam, ainda que parcialmente, ser redirecionados de forma mais compatível com nossa recuperação econômica.

É igualmente desnecessário chamar atenção para as fortes carências que temos em infraestrutura e para a importância de se ampliarem os investimentos da área. Um dos principais obstáculos ao investimento público é, sem dúvida, financeiro. Com a atual crise fiscal, o ajuste tem recaído preponderantemente sobre investimentos. Entre 2014 e 2017, o investimento nos três níveis da Federação caiu de 2,42% para 1,16% do PIB. Mas o investimento é prejudicado também por sérios problemas de governança. Falta de planejamento e projetos mal elaborados levam a gastos ineficientes. Além disso, uma regulação mal feita tem afastado a participação do capital privado no setor.

Na sequência, descreverei minhas propostas para a reforma da previdência e para destravar o investimento em infraestrutura no País.

O foco da proposta para a reforma da previdência será nos regimes próprios, por ser condição necessária para o equilíbrio das contas públicas, além de, no caso de vários estados, ser a previdência a principal fonte de desequilíbrio fiscal.

Em contraste, vêm sendo apresentadas várias propostas que, em comum, têm o fato de se concentrarem nos fluxos. Em linhas gerais, pretendem encontrar o nível de contribuição e de benefícios compatíveis com o equilíbrio de longo prazo. O principal problema delas é não gerar economias significativas no curto prazo, por terem de respeitar direitos adquiridos e de oferecer alguma regra de transição.

Para gerar ganhos imediatos, a reforma que proponho se baseia em uma abordagem de estoques. O ponto central é cada ente da Federação poder criar um fundo de previdência, apartado do orçamento geral, onde o valor presente dos ativos equivale ao respectivo déficit atuarial.

Esse fundo será de direito privado e terá regras de governança autônomas, evitando-se, assim, que os recursos sejam desviados para cobrir outras despesas orçamentárias. Obterá recursos por meio da transferência de ativos por parte do ente patrocinador, além de contribuições ordinárias e extraordinárias do servidor e do governo (com valores, no mínimo, iguais aos do servidor). O valor dos ativos a serem transferidos e das alíquotas serão determinados de forma a garantir que o valor do ativo somado ao valor presente do fluxo de receitas esperado seja igual ao passivo atuarial.

Para proteger o servidor, a alíquota máxima não deverá ultrapassar 22% de sua renda. Assim, somando com o imposto de renda, não haveria a possibilidade de o desconto chegar à metade de sua remuneração.

A primeira vantagem dessa proposta é ser flexível. As alíquotas serão calculadas caso a caso, com base no passivo atuarial de cada estado e do aporte inicial de ativos. Isso implica que situações heterogêneas

poderão ter soluções diferentes, o que, além de ser mais justo, reduz o atrito político associado à imposição de regras únicas para todos os servidores.

A segunda vantagem é obrigar os Poderes e órgãos autônomos a pagarem parte do déficit de seus servidores via alíquota patronal. Atualmente, toda a despesa previdenciária é financiada pelo Poder Executivo, o que tem estimulado aqueles Poderes a concederem reajustes generosos a seus servidores.

Por fim, mas não menos importante, essa proposta permitirá a liberação imediata de recursos orçamentários. Isso porque o orçamento do ente da Federação passará a incorporar somente as contribuições patronais. As receitas (de contribuições) e despesas (com pagamento de aposentadorias e pensões) do fundo serão apartadas. Apartar as contas da previdência permitirá, no final da implantação, gerar uma folga fiscal estimada em cerca de R\$ 85 bilhões/ano para os estados e outros R\$ 85 bilhões para a União. Além disso, a Receita Corrente Líquida irá cair, pois não incorporará mais as contribuições dos servidores. Com isso, será necessário reduzir os gastos com pessoal, em atendimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos decorrentes da folga fiscal deverão ser majoritariamente aplicados em infraestrutura. Em primeiro lugar, porque é necessário ampliá-la para aumentar a taxa de crescimento potencial da economia. Em segundo lugar, porque a infraestrutura depende de recursos públicos, seja para investimentos executados

pelo próprio governo, seja para subsidiar o investimento privado. Por fim, se os recursos forem utilizados para custeio, corremos o risco de enfrentarmos novas crises fiscais em poucos anos.

Propomos a criação do Fundo Nacional de Infraestrutura (FNI), um fundo contábil, único e coordenado pela União, mas gerido por representantes de todas as esferas de governo e da sociedade civil, com critérios rígidos de governança. O fundo analisaria todos os tipos de projetos de infraestrutura, independentemente de virem a ser executados pelo setor público ou pelo privado. O FNI contará com os seguintes recursos:

- I) 70% do espaço fiscal gerado pela reforma dos regimes próprios, o que implicaria disponibilidade anual de recursos adicionais da ordem de R\$ 120 bilhões. Para se ter um parâmetro de comparação, União e estados investiram cerca de R\$ 55 bilhões em 2017;
- II) 50% das receitas obtidas com securitizações de ativos e receitas correntes extraordinárias;
- III) 20% das receitas de royalties, compensações financeiras e outras receitas contínuas, porém finitas;
- IV) 50% dos ganhos líquidos que a União obtiver com melhoria de gestão do INSS.

Em síntese, propomos uma reforma que permitirá prover fundos e resolver o problema de governança para a infraestrutura e, simultaneamente, reequilibrar as contas públicas.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: A sociedade entendeu a necessidade da regulamentação do distrato

Veículo: CBIC Mais

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_166.pdf

"A SOCIEDADE ENTENDEU A NECESSIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DO DISTRATO"

PARA O PRESIDENTE DA CBIC, JOSÉ CARLOS MARTINS, NORMAS MAIS CLARAS SOBRE O ASSUNTO TRAZEM BENEFÍCIOS PARA O CONSUMIDOR. SENADO APROVOU PROJETO DE LEI NESTA QUARTA (21)

Sérgio Lima



avaliará as alterações feitas. De acordo com o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, a expectativa é que a proposta vire lei ainda este ano. Em entrevista exclusiva ao **CBIC Mais**, ele avalia o papel da entidade no avanço das novas normas e explica como os compradores de imóveis serão beneficiados.

Segundo Martins, a medida traz segurança jurídica tanto para as empresas como para os consumidores, o que pode contribuir, inclusive, para diminuir o preço dos imóveis. "Quando se tem regras claras para ambas as partes, fica muito mais fácil a vida de todo mundo. O comprador tem certeza da entrega", defende.

O Projeto de Lei da Câmara Nº 68/2018 regulamenta as normas para empresas e compradores em caso de desistência da compra de um imóvel ou loteamento. O texto define as porcentagens que os compradores devem pagar em caso de desistência e o prazo para as incorporadoras devolverem o dinheiro, além das penalidades em caso de atraso por parte das empresas. Também estabelece medidas para dar mais transparência aos contratos, como a inclusão de um quadro-resumo com as condições.

[Após a aprovação pelo Senado Federal nessa quarta-feira \(21\)](#), o projeto de lei que regulamenta o distrato volta agora para a Câmara dos Deputados, que

CBIC Mais - A regulamentação do distrato está na fase final. Como avalia a tramitação no Legislativo?

José Carlos Martins – A regulamentação do distrato é

uma necessidade imediata. Essa operação de rescisão do contrato de venda de imóveis entrou num nível de banalização que se tornou insuportável, tanto para as construtoras e os empreendimentos financiados, como para os próprios clientes, que colocam em risco o recebimento dessas unidades. Logicamente, é um tema muito complexo, e muito difícil, pela forma em que foi encarado – muito mais pelo lado passional do que pelo lado real, como devem ser as coisas. [A regulamentação] demanda muita negociação: às vezes avançar pouco, às vezes voltar um pouquinho. Nós entendemos que estamos num bom caminho. O processo de o Senado propor emendas, fazer alterações e o projeto voltar para a Câmara seguiu todo o rito legislativo, como deve ser seguido. Ou seja, hoje é inquestionável a necessidade de termos uma regra para o distrato. O que se discute agora é o percentual, e isso já é um avanço fantástico. No meio dessas discussões, a sociedade entendeu a necessidade de termos um instrumento para isso. Agora, a Câmara e o Senado, soberanos que são, podem aprimorar o texto. Esperamos que isso aconteça até o fim do ano.

C. M. - A negociação está em curso há mais de dois anos e envolveu vários órgãos. Como avalia esse diálogo?

J. C. M. – Quando se discute o tema amplamente, com todos os players desse processo, começa a ficar claro aquilo que sempre defendemos. Se a pessoa teve um infortúnio qualquer e não consegue as prestações, de alguma forma as pessoas tentam resolver a questão. O problema real existe no especulador, aquele que compra [o imóvel], vê um negócio melhor, rescinde e pega o valor que pagou reajustado. O que é retido, muitas vezes, é inferior ao que foi reajustado do valor aplicado. Se essa pessoa tiver lucro, ela tem o resultado, e, se não, ela não tem risco. É uma coisa totalmente fora de nexos. Por isso, é importante essa discussão passo-a-passo. Agora, ficou claro que quem é prejudicado quando há uma quantidade grande de distrato é o próprio comprador, porque ele corre risco de não receber seu imóvel, aos moldes do que acontece nos grupos de consórcio. O modelo do mercado imobiliário no Brasil é montado de uma forma muito parecida com o consórcio, devido ao problema que houve com a Encol, na década de 1990. Existe um instrumento chamado patrimônio de

afetação, que impede que seja misturado dinheiro de várias obras. Então, se uma obra por ventura tem uma quantidade de distrato muito grande, ela fica sem fluxo para terminar. E quem é o real prejudicado? É quem está pagando prestação, com o sonho da casa própria podendo ser realizado. Quem está levando vantagem? Quem especulou e vai ser beneficiado com a rescisão.

C. M. - Se a Câmara dos Deputados finalizar a votação do projeto ainda este ano, qual será o impacto no mercado imobiliário para 2019?

J. C. M. – Temos muita confiança em que a Câmara resolva isso até o fim do ano. Qual é o impacto? O maior problema que o setor tem hoje, e nossos números estão mostrando isso, é a restrição ao crédito para as empresas, principalmente as pequenas e médias. O que ocorreu? As empresas vão ao banco e pegam um empréstimo para fazer um empreendimento. Como elas quitam? Por meio da venda das unidades. A empresa vende para alguém, e esse crédito entra para abater a dívida. Quando ocorreu aquela avalanche de distrato três ou quatro anos atrás, as empresas não conseguiram pagar suas dívidas e tornaram-se inadimplentes. Isso gerou um trauma muito grande no mercado, e hoje os agentes financeiros ainda são muito restritivos com a concessão de crédito. Eles impõem regras mais duras, exigindo garantias suplementares – tudo isso que muitas empresas não têm como dar. Então, no instante que tivermos a regulamentação do distrato, os bancos saberão o tamanho do risco e ficará muito mais fácil dar crédito para uma empresa. Esse crédito é sinal de empregos e de mais imóveis ofertados. Um dos riscos hoje é que o preço dos imóveis volte a subir devido aos poucos lançamentos dos últimos anos.

C. M. - Como a nova regulamentação impacta o comprador de imóveis?

J. C. M. – O comprador que está em busca do seu imóvel, da sua casa própria, só vai ter benefícios. Ele vai ter certeza do recebimento do imóvel. Além disso, tendo menos risco e mais crédito, haverá mais oferta, o que faz o preço abaixar. A própria empresa, sabendo que não há risco, também não precisa aumentar um percentual do custo para compor eventuais perdas com distrato. O que acontece hoje é que o bom pagador acaba pagando pelo mau pagador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo vai cadastrar imóveis da União explorados de forma irregular

Veículo: Agência Brasil

Data: 23.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/governo-vai-cadastrar-imoveis-da-uniao-explorados-de-forma-irregular>

Economia

Governo vai cadastrar imóveis da União explorados de forma irregular

Publicado em 23/11/2018 - 14:46 Por Marli Moreira - Repórter da Agência Brasil São Paulo

A partir de janeiro de 2019, o governo federal iniciará a primeira etapa da coleta de dados para identificar os imóveis pertencentes à União que estão sendo explorados por particulares de forma irregular.

Segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o último cadastramento ocorreu há dez anos, constando na base de dados 636 mil imóveis dominiais.

Por meio de nota, o secretário do Patrimônio da União, Sidrack Correia, estimou em mais de 200 mil a quantidade a ser incluída na base de dados.

Inicialmente, serão vistoriadas as propriedades situadas em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Pará, onde a previsão é a de checar 21 mil unidades, a maioria delas (10 mil), no Pará.

No Rio de Janeiro, são 7,5 mil imóveis e, em São Paulo, 3,5 mil. Pelos cálculos da SPU, só com a inclusão desses imóveis, a arrecadação de taxas patrimoniais deverá ter um aumento de R\$ 21,6 milhões.

Situação cartorial e jurídica

Para esse trabalho, a SPU contratou a empresa Asset Patrimonial e Informática Ltda, vencedora do pregão eletrônico promovido no último dia 20.

Ela ficará encarregada de apurar a situação documental, cartorial e jurídica de cada imóvel e a coleta de dados em campo com seu georreferenciamento.

Além disso, deverá efetuar os registros fotográficos de todos os imóveis juntando-os às demais informações no sistema de cadastramento da SPU.

As ações no Pará estarão concentradas em Belém, nos bairros de Umarizal, Reduto e Telégrafo. Já no Rio de Janeiro, o alvo é vistoriar os imóveis localizados na região do Porto Maravilha, Cidade Nova e centro. E em São Paulo, os 3,5 mil imóveis estão na Praia Grande, na Baixada Santista.

Esse trabalho será acompanhado por uma equipe de fiscalização da SPU, composta por técnicos do órgão central e das superintendências do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nos casos em que os prédios ou terrenos estão regularmente cadastrados, os ocupantes inscritos devem recolher à União uma taxa equivalente a 2% do valor do imóvel, excluídas as benfeitorias. As famílias com renda de até cinco salários mínimos são isentas das taxas.

Existem ainda outras modalidades de utilização como, por exemplo, a do aforamento oneroso, em que, para a exploração de uma atividade lucrativa, é fixado o pagamento de 83% sobre o valor do terreno.

Edição: Kleber Sampaio

Tags: SPU, IMÓVEIS, CADASTRAMENTO, REGRAS

Mais notícias

CBIC Hoje

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 166](#)

Seu Dinheiro

[Inflação respalda Selic em 6,5% ao ano por mais tempo](#)

Diário Indústria&Comércio

[C. FED – Comissão aprova prioridades para leilão de imóvel de baixa renda do Minha Casa Minha Vida](#)

AGENDA

Novembro

27 e 29 | 1ª Feira do Polo Digital de Manaus

